

## PGR faz mais 150 denúncias contra bolsonaristas envolvidos no 8/1

A Procuradoria-Geral da República apresentou nesta sexta-feira (27/1) mais 150 denúncias contra bolsonaristas envolvidos nos ataques antidemocráticos cometidos no último dia 8 à Praça dos Três Poderes, em Brasília. Com isso, o total de denúncias chegou a 254.

ConJur



MPF prossegue com denúncias contra golpistas que invadiram Praça dos 3 Poderes<sup>ConJur</sup>

Os denunciados foram detidos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, na capital federal. Eles são acusados de associação criminosa e incitação de animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constitucionais.

Esta é a quinta leva de denúncias da PGR enviadas ao Supremo Tribunal Federal contra participantes dos atos golpistas. As pessoas estão presas no Distrito Federal, após audiência de custódia e decretação das preventivas.

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, afirmou que "havia uma evidente estrutura a garantir perenidade, estabilidade e permanência" dos manifestantes no acampamento.

Conforme documentos, imagens e mensagens obtidos pelos investigadores, o acampamento funcionava como uma espécie de vila, com local para refeições, feira, transporte, atendimento médico, sala para teatro de fantoches, massoterapia, carregamento de aparelhos e até assistência religiosa.

Porém, Santos explica que não é possível denunciar os envolvidos também por terrorismo. Isso porque, conforme a [Lei Antiterrorismo](#), tal crime abrange somente condutas praticadas por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião. "Não faz parte dos tipos penais o cometimento de crimes — por mais graves que possam ser — por razões políticas", diz ele.

Santos ainda ressalta que o Ministério Público Federal não pode oferecer acordo de não persecução penal (ANPP) porque a medida é incompatível com o objetivo dos crimes — a tomada violenta do Estado democrático de Direito — e com a associação criminosa permanente e estável.

A PGR pede também a condenação dos denunciados ao pagamento de indenização mínima, "ao menos em razão dos danos morais coletivos evidenciados pela prática dos crimes imputados".

Por fim, o MPF solicita a continuidade das investigações e requer que as testemunhas sejam ouvidas em blocos de 30 denúncias, devido ao grande número de envolvidos, para agilizar os próximos passos.

*Com informações da assessoria de imprensa do MPF.*

Clique [aqui](#) para ler uma das denúncias

**Date Created**

27/01/2023